



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

CÂMPUS DE ARARAQUARA  
FACULDADE DE ODONTOLOGIA

CONCURSO PÚBLICO

## 001. PROVA OBJETIVA

### ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II

ÁREA DE ATUAÇÃO: MATERIAIS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 40 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a citação a seguir, de Gilbert Keith Chesterton, para responder às questões de **01** a **03**:

O certo é certo, mesmo que ninguém o **faça**. O errado é errado, mesmo que todos **estejam** errados sobre isso.

(Disponível em: <https://www.chesterton.org>. Tradução livre)

**01.** Pode-se deduzir dessa citação que

- (A) as ações certas de alguns influenciam os erros de outros.
- (B) não importa o que se faça, pois haverá quem faça tudo diferente.
- (C) é inviável distinguir as ações humanas corretas das incorretas.
- (D) o certo e o errado baseiam-se em princípios socialmente estabelecidos.
- (E) todos os que estão errados evitam praticar atos errados.

**02.** Considere o enunciado a seguir, em que devem ser empregados os verbos destacados na citação:

Na ocasião, os técnicos recomendaram que se \_\_\_\_\_ alguma coisa para contornar as dificuldades que os usuários porventura \_\_\_\_\_ enfrentando.

Assinale a alternativa em que esses verbos preenchem as lacunas de acordo com a norma-padrão de correlação verbal.

- (A) fazia... estão
- (B) fez ... estariam
- (C) fizesse ... estivessem
- (D) faz ... estão
- (E) fizer ... estiverem

**03.** É correto afirmar que o trecho destacado na passagem – O errado é errado, **mesmo que todos estejam errados sobre isso**. – estabelece, no contexto, relação de sentido de

- (A) concessão e pode ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por “apesar de todo mundo estar errado sobre isso”.
- (B) causa e pode ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por “visto que todo mundo está errado sobre isso”.
- (C) oposição e pode ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por “mas todo mundo está errado sobre isso”.
- (D) conclusão e pode ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por “portanto, todo mundo está errado sobre isso”.
- (E) condição e pode ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por “contanto que todo mundo esteja errado sobre isso”.

Leia o texto a seguir para responder às questões de **04** a **09**:

O século 21, tudo indica, não será mais predominantemente norte-americano e menos ainda europeu. Com velocidade surpreendente, envelheceu a ideia de uma modernidade baseada na expansão contínua da mercantilização de todas as coisas e de todas as relações humanas. Já podemos dizer com certeza que a modernidade dita neoliberal, que se disseminou com o colapso do socialismo de Estado, pecou por déficit crescentemente intolerável de imaginação política. A interdependência entre os sistemas econômicos deu muitíssimos passos à frente, com a circulação instantânea do dinheiro, a mundialização das cadeias de valor, a mobilidade intensa de mercadorias e pessoas. E uma vasta classe média global, apesar das desigualdades, apareceu no cenário.

Tornamo-nos, existencialmente, interdependentes, até mesmo num sentido particularmente negativo, com a crise – inédita e crescente – das relações com a natureza, a disseminação de armas nucleares e a possibilidade de aplicação de inteligência artificial aos conflitos armados. De nenhum desses possíveis desastres, como é óbvio, estará a salvo qualquer povo eleito ou nação excepcional. Sem política, e deixado a si mesmo, esse movimento das coisas pareceu, e parece, dotado de uma inquietante autonomia, acontecendo fantasmagoricamente acima da consciência e da ação coletiva.

Sempre se soube que a unidade tendencial do gênero humano, este belo sonho multissecular, não se daria como um processo automático e sem turbulência, ainda que a complexidade das situações recorrentemente nos espante. O descompasso entre o mundo amplo da economia e o âmbito estritamente nacional da política terminou por produzir seus frutos daninhos na forma de uma imensa crise da globalização.

(Luiz Sérgio Henriques, “O Brasil no espelho do mundo”. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinião>)

**04.** São aspectos críticos no século 21 apontados pelo autor:

- (A) desastres em diversas nações e políticas desatualizadas de união dos povos.
- (B) a expansão de armas nucleares e o uso da inteligência artificial em guerras.
- (C) mercantilização de relações humanas e fácil circulação de moedas e pessoas.
- (D) perda da soberania dos norte-americanos e europeus na modernidade.
- (E) falta de uma efetiva ação coletiva para consolidar a unidade do gênero humano.

**05.** O autor evita que sua afirmação soe como categórica e inquestionável no seguinte trecho:

- (A) Já podemos dizer com certeza... (1º parágrafo)
- (B) ... apesar das desigualdades... (1º parágrafo)
- (C) De nenhum desses possíveis desastres, como é óbvio... (2º parágrafo)
- (D) ... esse movimento das coisas pareceu, e parece, dotado... (2º parágrafo)
- (E) Sempre se soube... (3º parágrafo)

06. Observe o sentido das expressões destacadas nesta passagem do 2º parágrafo:

Tornamo-nos, existencialmente, interdependentes, **até mesmo** num sentido particularmente negativo, **com a crise** – inédita e crescente – das relações com a natureza, a disseminação de armas nucleares e a possibilidade de aplicação de inteligência artificial aos conflitos armados.

Assinale a alternativa em que essas expressões estão substituídas, respectivamente, sem prejuízo ao sentido original.

- (A) igualmente ... pela crise
- (B) além de ... junto à crise
- (C) acertadamente ... em meio à crise
- (D) de preferência ... em face da crise
- (E) inclusive ... graças à crise

07. A construção entre parênteses que substitui a destacada, de acordo com a norma-padrão de colocação pronominal, é:

- (A) ... a modernidade dita neoliberal, **que se disseminou** (a qual disseminou-se) com o colapso do socialismo...
- (B) **Tornamo-nos** (Nos tornamos), existencialmente, interdependentes...
- (C) **Sempre se soube** (Soube-se o tempo todo) que a unidade tendencial do gênero humano...
- (D) ... este belo sonho multissecular, **não se daria** (em nenhum momento daria-se) como um processo automático e sem turbulência...
- (E) ...ainda que a complexidade das situações **recorrentemente nos espante** (sempre espante-nos).

08. A expressão destacada, do 1º parágrafo, que está empregada em sentido próprio é:

- (A) ... **envelheceu** a ideia de uma modernidade...
- (B) ... a modernidade **dita** neoliberal...
- (C) ... com o **colapso** do socialismo de Estado...
- (D) ... **pecou** por déficit crescentemente intolerável...
- (E) ... apesar das desigualdades, apareceu no **cenário**.

09. A alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de concordância nominal e verbal é:

- (A) Estão havendo sinais de enfraquecimento das ideias dos norte-americanos sobre diretriz socioeconômicas.
- (B) Sabe-se que ainda existe sinais do neoliberalismo nas economias mundiais e em bastante países.
- (C) Alguns movimentos contemporâneos podem estar mostrando sinais de enfraquecimento de valores sociais.
- (D) Já foi constatado pelo autor diversos fatores que vem levando países a desenvolver armas nucleares.
- (E) Mais de um país se encontra ameaçado pela aplicação de inteligência artificial a muitos conflitos armados.

10. Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de emprego do acento indicativo de crase.

- (A) Chegou à envelhecer a ideia de uma modernidade que aderira à expansão contínua da mercantilização.
- (B) A interdependência entre os sistemas econômicos foi até às últimas consequências, caminhando passo à passo.
- (C) Vamos assistir à muitos desastres, como é óbvio, e serão poucos os povos que sobreviverão à todos eles.
- (D) Sempre se soube que o gênero humano tem tendência à turbulência e que direciona suas forças à guerra.
- (E) A política muitas vezes estende frutos daninhos à uns e outros, levando as populações à uma imensa crise.

11. Com o objetivo de realizar uma reforma, Rogério reservou certa quantidade  $x$  de recursos, em reais, que prevê o custo com a mão de obra do profissional executante e o custo dos materiais, a saber: 5 latas de tinta, 1 rolo de pintura, 2 pincéis, 1 saco de argamassa e 5 lixas. Rogério contratará um profissional que cobrará, pela mão de obra, R\$ 2.500,00, e, quanto aos materiais, ele os comprou em uma loja onde os referidos itens são vendidos sob os seguintes preços unitários:

Item	Preço unitário (em R\$)
Lata de tinta	125,00
Rolo de pintura	34,20
Pincel	12,80
Saco de argamassa	16,80
Lixa	4,50

Se, depois de somados todos os custos envolvidos, sobraram ainda R\$ 175,90 do valor inicialmente reservado, é correto afirmar que  $x$  é igual a

- (A) 3.550.  
(B) 3.500.  
(C) 3.450.  
(D) 3.400.  
(E) 3.350.
12. O computador de Pedro tem um espaço de armazenamento total de 760 GB. Ele dividirá esse espaço de armazenamento em três partes, cada uma destinada a armazenar os dados de uma destas três categorias: processos judiciais, dados de cadastro e normas técnicas. Pedro fará essa divisão de maneira que cada parte desse espaço de armazenamento seja diretamente proporcional ao número estimado de arquivos de cada categoria, que são: 80 para processos judiciais, 120 para dados de cadastro e 180 para normas técnicas.

Nessas condições, serão destinados, para normas técnicas,

- (A) 320 GB.  
(B) 330 GB.  
(C) 340 GB.  
(D) 350 GB.  
(E) 360 GB.

13. A soma dos lucros líquidos de duas empresas, A e B, no mês de maio de 2025, é R\$ 70.000,00. Sabe-se que o lucro líquido da empresa B no referido mês, quando comparado ao lucro líquido da empresa A, correspondeu a um valor 50% maior.

Então, a diferença entre os lucros líquidos das empresas B e A, em maio de 2025, foi

- (A) R\$ 7.000,00.  
(B) R\$ 14.000,00.  
(C) R\$ 21.000,00.  
(D) R\$ 28.000,00.  
(E) R\$ 35.000,00.
14. Mauro está estudando a localização de 3 pontos estratégicos de sua cidade, que chamaremos de A, B e C. A figura a seguir ilustra essa situação:

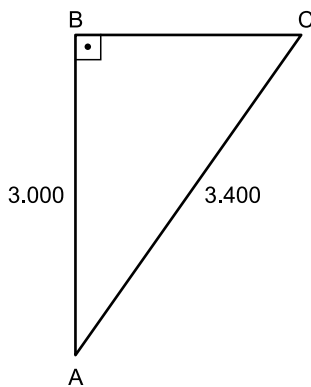


Figura fora de escala

Sabe-se que o ângulo com vértice em B é reto e que as distâncias entre os pontos A e B e entre os pontos A e C são, respectivamente, iguais a 3.000 m e 3.400 m.

A partir dessas informações, Mauro pôde concluir que a distância entre os pontos B e C é igual a

- (A) 1.600 m.  
(B) 1.700 m.  
(C) 1.800 m.  
(D) 1.900 m.  
(E) 2.000 m.
15. Pâmela presenteará seu esposo com um kit de perfumaria. Esse kit será formado pelos seguintes itens e suas quantidades: 1 perfume, 3 sabonetes e 2 loções pós-barba. Para a escolha dos itens que integrarão esse kit, existem 8 opções de perfume, 6 opções de sabonete e 5 opções de loção pós-barba, todos diferentes entre si, e Pâmela não vai repetir itens na formação do kit.
- Sabendo que, na montagem de um kit, a ordem dos itens escolhidos não importa, então o número total de kits que podem ser montados é igual a
- (A) 240.  
(B) 1.440.  
(C) 1.600.  
(D) 9.600.  
(E) 10.200.

## LEGISLAÇÃO

16. Antônia é estudante universitária e, em visita à biblioteca da universidade pública a que é vinculada, pediu aos servidores públicos presentes no local acesso às informações sobre a aquisição de obras literárias integrantes do acervo especial da biblioteca, bem como à relação dos periódicos científicos internacionais dos quais a instituição possui assinatura. O acesso a essas informações foi negado de maneira simples e sem maiores explicações, mesmo após a insistência de Antônia.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Antônia

- (A) não pode adotar providências judiciais ou administrativas, pois é constitucionalmente assegurado o sigilo das informações pertencentes à administração.
  - (B) somente teria acesso às informações caso se referissem a dados relativos a sua própria pessoa.
  - (C) precisará ajuizar uma ação popular para assegurar o conhecimento de informações constantes dos registros.
  - (D) tem o direito de formalizar o pedido administrativamente no exercício do direito de petição, independentemente do pagamento de taxas.
  - (E) deve propor mandado de injunção para obter o acesso às informações, desde que exponha as razões que justificam o interesse nesses dados.
17. Flávia, assistente técnica em um *campus* universitário, estava realizando a instalação de programas de computação com a ajuda de Fábio, jovem funcionário recém-contratado por uma empresa terceirizada para prestar serviços de suporte técnico na universidade. Fábio relatou a sua insatisfação com o emprego e as condições de trabalho, pois o seu empregador estaria descumprindo várias regras constitucionais.

Com base na situação hipotética, Flávia pode confirmar que realmente viola a Constituição Federal:

- (A) a redução, em qualquer hipótese, do salário fixado no contrato de trabalho.
- (B) o pagamento de salário inferior ao mínimo, salvo aos que recebem remuneração variável.
- (C) remuneração do trabalho noturno igual ao realizado por ele no período diurno.
- (D) pagamento de salário-família ao trabalhador de baixa renda, independentemente da existência de dependentes.
- (E) autorização para o trabalho noturno a menores de vinte e um anos.

18. Com base na Constituição Federal, a respeito dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Em caso de prática de improbidade administrativa, o agente será preso, perderá a função pública, terá seus direitos públicos suspensos e deverá ressarcir o erário.
- (B) Não serão computados no limite remuneratório constitucional as parcelas de caráter indenizatório expressamente previstas em lei ordinária, aprovada pelo Congresso Nacional, de caráter nacional, aplicada a todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos.
- (C) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição, salvo para os agentes vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.
- (D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão, em qualquer hipótese, pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o exercício do direito de regresso contra o responsável em caso de culpa.
- (E) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, investido no mandato de prefeito ou vereador, será automaticamente afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

19. A respeito da ordem social, com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A assistência social será oferecida a quem dela demonstrar necessidade, desde que haja comprovação do pagamento de contribuição à seguridade social.
- (B) A saúde é direito de todos e dever do Estado, que a promoverá mediante a realização de políticas que restrinjam o acesso a tratamentos médicos aos que demonstrem incapacidade financeira de arcar com seus custos com recursos próprios.
- (C) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, e as empresas poderão atuar de maneira complementar ao Sistema Único de Saúde, desde que tenham caráter filantrópico.
- (D) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e podem admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.
- (E) Os Estados e o Distrito Federal devem vincular cinco por cento de sua receita tributária líquida para o financiamento de programas e projetos culturais.

20. Considere que Juliano, assistente de suporte acadêmico, exerce suas atividades junto à Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e está conversando com Mariana, que deseja entender melhor como funciona a estrutura e o funcionamento do órgão.

Com base no Regimento Geral da Unesp, Juliano poderá afirmar corretamente que

- (A) a CPA consiste em um órgão vinculado diretamente ao reitor, composto de onze membros, indicados dentre os docentes da Unesp, em exercício.
- (B) cabe à CPA decidir sobre a forma de aplicação dos regimes especiais de trabalho dos docentes, bem como sobre o regime de trabalho dos pesquisadores, seguidas as orientações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária.
- (C) cabe à CPA, entre outras atribuições, baixar normas sobre trancamento e cancelamento de matrícula, bem como assessorar o reitor sobre assuntos referentes a propriedade intelectual e inovação.
- (D) o quadro de pessoal técnico e administrativo vinculado à CPA está, também, integrado à estrutura administrativa do Conselho Universitário e ambos os órgãos são vinculados diretamente ao reitor.
- (E) a CPA é um órgão vinculado à Congregação e tem por atribuição opinar sobre propostas de admissão, transferência, dispensa ou renovação de contrato de pessoal docente, ouvido o departamento interessado.

21. O Município X estuda diferentes alternativas para a prestação de serviços de saúde à sua população. Analisando os custos e benefícios da alternativa de execução direta dos serviços, o Município analisou em detalhes duas alternativas: (1) a realização das pequenas obras de engenharia necessárias com pessoal próprio, a compra dos equipamentos hospitalares e insumos por processo licitatório e a contratação de pessoal necessário para a realização das atividades no setor como servidores efetivos concursados; (2) a contratação das obras, dos equipamentos, da disponibilização de pessoal, bem como dos insumos necessários de forma global, mediante a contratação de organização social sem fins lucrativos, com experiência comprovada na administração de serviços de saúde. Após detalhado estudo, o Município chegou à conclusão de que o mesmo nível de serviço pode ser entregue à população mediante a adoção da alternativa (2), com custo cerca de 20% menor ao da alternativa (1).

Considerando essa situação específica, é correto afirmar que

- (A) o princípio da legalidade favorece a adoção da solução (1), em razão da obrigatoriedade de realização de licitação para a contratação de obras, bens e serviços pela Administração Pública.
- (B) o princípio da legitimidade favorece a adoção da solução (2), em razão da necessidade de se escolher a solução menos custosa diante de alternativas de ação com o mesmo resultado esperado.
- (C) o princípio da impessoalidade obriga à adoção da solução (1), em razão da obrigatoriedade de realização de licitação para a contratação de obras, bens e serviços pela Administração Pública.
- (D) o princípio da eficiência favorece a adoção da solução (2), em razão da necessidade de se escolher a solução menos custosa diante de alternativas de ação com o mesmo resultado esperado.
- (E) o princípio da moralidade obriga à adoção da solução (1), em razão da obrigatoriedade de realização de licitação para a contratação de obras, bens e serviços pela Administração Pública e da proibição de terceirização de atividades-fim do Estado.

**22.** A Câmara de Vereadores de um determinado município aprova projeto de lei para tratar dos casos de vedação ao nepotismo nos cargos públicos municipais, inclusive no âmbito do Poder Executivo.

Considerando os princípios da Administração contidos na Constituição Federal, é correto afirmar sobre a situação hipotética citada que

- (A) leis que tratam dos casos de vedação a nepotismo são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.
- (B) a vedação ao nepotismo não exige a edição de lei formal para coibir a prática, dado que essa proibição decorre diretamente da Constituição Federal.
- (C) as possibilidades de configuração de nepotismo na Administração Pública estão todas descritas na Constituição Federal, não havendo espaço para legislação em âmbito municipal.
- (D) a nomeação de parente, cônjuge ou companheira especificamente para cargos de natureza eminentemente política está sujeita às regras anti-nepotismo, independentemente da previsão em lei municipal.
- (E) a edição de lei municipal sobre nepotismo é inconstitucional, pois invade competência legislativa privativa da União.

**23.** A Administração Pública está sujeita a alguns princípios básicos, não apenas nas suas atividades administrativas, mas também nas atividades de controle dos atos administrativos. Nesse sentido, é correto afirmar que a Constituição Federal expressamente prevê os seguintes princípios para a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública:

- (A) legalidade, legitimidade e economicidade.
- (B) publicidade, eficácia e legalidade.
- (C) legitimidade, eficácia e auditoria operacional.
- (D) eficiência, economicidade e impulso oficial.
- (E) inafastabilidade da jurisdição, legalidade e irretroatividade.

**24.** Há situações em que a Administração Pública é obrigada a guardar sigilo de informações existentes em seus cadastros a respeito de cidadãos. É o caso, por exemplo, do sigilo fiscal ou do sigilo bancário.

Nesses casos, é correto afirmar que há um conflito entre os princípios a serem sopesados da privacidade e o seguinte princípio da Administração Pública expresso na Constituição:

- (A) eficiência.
- (B) legitimidade.
- (C) publicidade.
- (D) moralidade.
- (E) transparência.

**25.** A Administração Pública pode ser vista por diversos ângulos distintos. Uma das formas de se enxergar a Administração Pública, por exemplo, é como o conjunto de órgãos e entidades que a compõem.

Nesse sentido, é correto afirmar que se tem nessa definição a ideia de Administração Pública do ponto de vista

- (A) material.
- (B) objetivo.
- (C) funcional.
- (D) patrimonial.
- (E) subjetivo.

**26.** A chamada “contratação integrada”, no contexto das licitações públicas, pode ser corretamente considerada como:

- (A) o regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, mas não o projeto básico, e executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
- (B) o regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais e montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
- (C) o regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
- (D) o conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.
- (E) o conjunto de cláusulas contratuais definidoras de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

27. Determinado Município da Federação resolve, mediante lei própria de iniciativa de vereador, propor lei regulamentadora da Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das licitações e contratos públicos, adaptando-a às características da Administração local. Nesse contexto, um dos dispositivos aprovados na legislação municipal refere-se à criação de uma nova modalidade de licitação, a partir da combinação de aspectos da modalidade “concorrência” com a modalidade “leilão”.

A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) é vedada a criação pelos municípios de outras modalidades de licitação ou, ainda, a combinação daquelas referidas na Lei nº 14.133/2021, ainda que mediante lei municipal devidamente aprovada.
- (B) aos municípios é vedado complementar a legislação federal relativa a licitações, visando à sua adaptação à realidade local, ainda que preservadas regras gerais da lei federal.
- (C) aos municípios é vedado complementar a legislação federal relativa a licitações, por se tratar de competência exclusiva dos Estados, no âmbito da sua competência legislativa suplementar.
- (D) a iniciativa legislativa para proposição de lei municipal relativa a licitações e contratos públicos é exclusiva do Chefe do Poder Executivo municipal, não podendo, portanto, a medida decorrer de iniciativa de parlamentar.
- (E) embora haja vedação na legislação federal à criação de novas modalidades de licitação, isso não se aplica à mera combinação de modalidades distintas, para formação de procedimento especial.

28. Um estado da Federação publicou edital de licitação para a construção de uma nova rodovia, de grande porte e complexidade técnica. No processo licitatório, o Consórcio VR, composto pelas empresas Alfa Engenharia (empresa de grande porte), Beta Construtora (microempresa) e Gama Terraplanagem (empresa de pequeno porte), sagrou-se vencedor. O edital da licitação, amparado por justificativa técnica, estabeleceu que o consórcio deveria comprovar, para fins de habilitação econômico-financeira, um acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre o valor exigido para licitantes individuais. Além disso, o edital limitava o número máximo de empresas consorciadas a cinco, com base em aprovação da autoridade competente. Durante a execução do contrato, a empresa Gama Terraplanagem, por problemas financeiros internos, solicitou sua substituição pela empresa Delta Fundações, que apresentou documentação comprobatória de possuir os mesmos quantitativos para habilitação técnica e os mesmos valores para qualificação econômico-financeira apresentados pela Gama no processo licitatório.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre a participação em licitações públicas em consórcio, assinale a alternativa correta.

- (A) O Consórcio VR não poderia ter sido exigido a apresentar acréscimo na habilitação econômico-financeira, visto que a presença de microempresa e empresa de pequeno porte em sua composição o desobriga de tal imposição legal.
- (B) A substituição da Gama Terraplanagem pela Delta Fundações deve ser automaticamente deferida pelo Estado, uma vez que a nova empresa comprovou os mesmos requisitos de habilitação da substituída, sendo desnecessária autorização expressa do órgão contratante.
- (C) Caso a empresa Alfa Engenharia participasse, na mesma licitação, de outro consórcio, ainda que em um lote distinto do qual o Consórcio VR sagrou-se vencedor, tal conduta seria lícita, desde que houvesse previsão expressa no edital.
- (D) O Consórcio VR deverá, antes da celebração do contrato com o estado, promover a constituição e o registro formal do consórcio, conforme o compromisso previamente apresentado na fase de habilitação.
- (E) A responsabilidade dos integrantes do Consórcio VR é subsidiária, o que significa que o estado deverá primeiro buscar a empresa diretamente responsável pelo ato faltoso para, somente depois, acionar os demais consorciados.

29. Uma Agência Estadual de Promoção de Exportações e Investimentos, com sede no território do próprio estado, celebrou os seguintes contratos com empresas estrangeiras no último ano, todos regidos pela Lei nº 14.133/2021:

1. Contrato com a empresa “TechSolutions Inc.”, dos EUA, para a aquisição de um software de gestão de dados, com licitação internacional e pagamento financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do qual o Brasil faz parte.
2. Contrato com a “GlobalEquipments Ltda.”, da Alemanha, para a compra de equipamentos de alta tecnologia fabricados e entregues na Alemanha, após prévia autorização do Presidente da Agência.
3. Contrato com a “Serviços Logísticos SA”, do Uruguai, para o transporte de amostras de produtos brasileiros, realizado por meio da unidade administrativa da Agência em Montevideu.
4. Contrato com a “Consultoria Internacional SA”, da Espanha, para a prestação de serviços de consultoria estratégica no Brasil, com pagamento direto realizado pela Agência.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 acerca do foro competente nos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

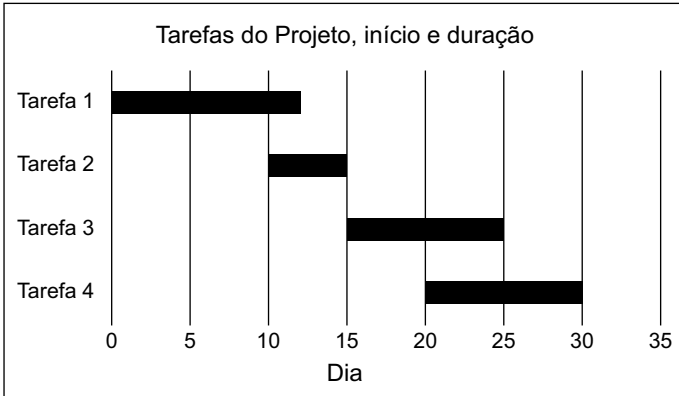
- (A) Apenas o Contrato 4, por ter sido celebrado com empresa estrangeira e ter execução no Brasil, deve necessariamente conter cláusula que declare o foro da sede da Agência como competente para dirimir as questões contratuais.
- (B) Em todos os contratos mencionados, independentemente das suas especificidades, a cláusula de foro da sede da Administração é compulsória, não havendo exceções previstas na Lei nº 14.133/2021 para essas situações.
- (C) O Contrato 2, por envolver a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior, dispensa a cláusula de foro da sede da Administração, desde que haja autorização do Chefe do Poder Executivo Estadual.
- (D) O Contrato 3 não se enquadra em nenhuma das ressalvas legais para a dispensa do foro da sede da Administração, uma vez que a unidade administrativa no exterior não possui autonomia para definir a competência jurisdicional.
- (E) O Contrato 1 e o Contrato 3 não precisam, necessariamente, conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, em razão das ressalvas expressas na Lei nº 14.133/2021.

30. A Prefeitura Municipal realizou, no último semestre, diversas contratações de bens e serviços. Dentre elas, destacam-se: 1. A aquisição de 50 (cinquenta) computadores para as secretarias municipais, cujo valor total se enquadrou nos limites para dispensa de licitação em razão do valor, conforme a Lei nº 14.133/2021. A entrega foi realizada em 20 dias, com garantia de 1 ano do fabricante; 2. A contratação de uma empresa para realizar a manutenção preventiva dos elevadores do prédio da Prefeitura, com previsão de visitas periódicas por 12 meses. 3. A compra de materiais de escritório, como resmas de papel e canetas, para consumo imediato, sem qualquer obrigação futura por parte do fornecedor. O valor total da compra foi de R\$ 5.000,00. 4. A aquisição de uma nova viatura para a Guarda Municipal, cujo valor superou o limite para dispensa de licitação em razão do valor, sendo a contratação formalizada após um processo licitatório na modalidade pregão eletrônico.

Com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre a obrigatoriedade do instrumento de contrato, assinale a alternativa correta.

- (A) Em todas as contratações descritas, o instrumento de contrato formal é obrigatório, pois a lei não permite sua substituição por outros instrumentos hábeis em nenhum dos casos apresentados.
- (B) Na aquisição dos materiais de escritório (Contratação 3), a Prefeitura poderia substituir o instrumento de contrato por outro instrumento hábil, como nota de empenho, em razão da natureza da compra.
- (C) Apenas na aquisição dos computadores (Contratação 1), a dispensa de licitação em razão do valor autorizaria a substituição do instrumento de contrato por uma carta-contrato, independentemente da existência de obrigações futuras.
- (D) A contratação da manutenção dos elevadores (Contratação 2) permite a substituição do instrumento de contrato por uma ordem de execução de serviço, visto que se trata de uma prestação de serviço contínuo.
- (E) A compra da viatura para a Guarda Municipal (Contratação 4) poderia ter o instrumento de contrato substituído por uma autorização de compra, desde que o processo licitatório fosse concluído com sucesso.

31. Considere a imagem a seguir:



(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Considerando as diferentes técnicas de administração, em especial para a administração de cronogramas em projetos e atividades, é correto afirmar que a imagem a seguir refere-se ao instrumento chamado:

- (A) gráfico de linha.
- (B) sequência de eventos.
- (C) calendário móvel.
- (D) gráfico de Gantt.
- (E) lista de atividades.

32. Uma pequena empresa de consultoria, com o objetivo de otimizar seus serviços e reduzir o tempo de entrega dos projetos aos clientes, percebeu que havia muitas redundâncias e gargalos em suas atividades internas. Para resolver essa questão, a diretoria decidiu implementar uma técnica administrativa que permitisse visualizar e analisar o fluxo de trabalho, identificar ineficiências e propor melhorias.

Considerando a situação hipotética apresentada e as diversas técnicas de administração, qual delas seria a mais adequada para a empresa atingir seus objetivos de otimização e redução de tempo, com foco na visualização e análise do fluxo de trabalho?

- (A) Análise SWOT, para identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do ambiente interno e externo.
- (B) Reunião de *brainstorming*, para gerar ideias criativas e soluções inovadoras em grupo.
- (C) Mapeamento de processos, para descrever graficamente o fluxo de atividades, responsabilidades e decisões.
- (D) Balanced Scorecard (BSC), para medir o desempenho organizacional a partir de múltiplas perspectivas.
- (E) *Benchmarking*, para comparar as práticas da empresa com as melhores do mercado e adotar as mais eficientes.

33. De acordo com o *Manual de Redação Oficial e de Padronização de Atos Administrativos da Unesp*, o ato administrativo exige para a sua formação:

- (A) cinco requisitos: competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- (B) três requisitos: competência, forma e objeto.
- (C) quatro requisitos: legalidade, competência, forma e objeto.
- (D) quatro requisitos: legalidade, competência, finalidade e forma.
- (E) cinco requisitos: legalidade, publicidade, eficiência, moralidade e impessoalidade.

34. De acordo com o *Manual de Redação Oficial e de Padronização de Atos Administrativos da Unesp*, os atos definidos como Portarias são atos administrativos:

- (A) normativos de atuação interna, que se destinam a reger o funcionamento de órgãos colegiados e de corporação legislativas, geralmente posto em vigência por resolução do órgão diretivo do colegiado.
- (B) voltados à atuação externa (normatividade em relação aos particulares), devendo ser publicados assim como as leis, visto que a publicação é que fixa o início da obrigatoriedade dos atos do Poder Público a serem atendidos pelos administrados.
- (C) atos administrativos internos, pelos quais os chefes de órgãos, repartições ou serviços expedem determinações gerais ou especiais a seus subordinados, ou designam servidores para funções e cargos secundários.
- (D) normativos expedidos pelas autoridades do Executivo (Ministros, Secretários de Estado, Reitores) ou pelos Presidentes de Tribunais e órgãos legislativos, para disciplinar matéria de sua competência específica.
- (E) que representam ordem administrativa escrita, de efeito interno e geral, expedida pelo superior hierárquico com o objetivo de complementar, integrar ou interpretar a lei, regulamento ou resolução.

35. Um servidor público protocolou um requerimento junto à Divisão de Recursos Humanos da Universidade Estadual solicitando licença para acompanhar seu cônjuge em tratamento de saúde em outra cidade. A legislação interna da Universidade não previa expressamente a possibilidade de licença para acompanhamento de cônjuge em tratamento fora da sede, gerando um vácuo normativo para a situação específica.

A Diretora de Recursos Humanos, após analisar o requerimento de João e verificar a inexistência de previsão expressa, decide realizar o ato administrativo apropriado à situação. Neste, ela não apenas defere o pedido de licença de João da Silva, considerando a relevância social e humanitária da situação, mas também determina que, a partir daquele momento, casos similares de solicitação de licença para acompanhamento de cônjuge em tratamento de saúde fora da sede serão analisados e deferidos sob as mesmas condições e critérios aplicados ao caso de João.

Com base no *Manual de Redação Oficial e de Padronização de Atos Administrativos da Unesp*, é correto afirmar que o ato administrativo realizado refere-se

- (A) à Portaria.
- (B) à Instrução Normativa.
- (C) à Orientação Interpretativa.
- (D) ao Despacho Normativo.
- (E) à Resolução.

36. Ato administrativo emanado da Mesa Diretora regulamentando matéria de caráter geral ou estabelecendo normas de procedimento. Tais matérias, muitas vezes “provocadas” pelos interessados – servidores ou unidades administrativas – podem, ainda, se originar da própria Mesa Diretora. Embasado ou não em pareceres técnico-jurídicos, visa uniformizar o *modus procedendi* numa determinada situação. Expressamente ou não, reveste-se quase sempre de caráter normativo, a fim de que casos da mesma espécie que venham a ocorrer, ou que já existam, recebam igual tratamento.

([https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/228\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/228_arquivo.pdf). Adaptado)

As informações apresentadas referem-se

- (A) à Portaria.
- (B) ao Despacho.
- (C) à Decisão de Mesa.
- (D) ao Ato de Mesa.
- (E) à Portaria Conjunta.

37. De acordo com o *Manual de Redação Administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, a Certidão corresponde a um documento

- (A) decisório sobre progressão funcional de funcionário público emanado de órgão público, a requerimento de outro órgão público.
- (B) informativo emanado por um cidadão ou seu representante legal, a requerimento de um órgão público.
- (C) informativo emanado de órgão público, a requerimento fundamentado do interessado ou de seu representante legal.
- (D) decisório emanado de órgão público, delimitando as atribuições de funcionários de uma autarquia federal.
- (E) explicativo emanado por um cidadão ou seu representante legal, cuja finalidade é a solicitação de progressão funcional

38. Leia o texto.

Comunico que o funcionário abaixo indicado deve ser considerado lotado, a partir de 11.1.98, no DEPARTAMENTO DE FINANÇAS – Divisão de Finanças e Contabilidade, a fim de exercer as funções do cargo de Diretor Técnico Legislativo de Divisão, para o qual foi nomeado: MARIA DE TAL, matrícula n.º 1111.

Departamento de Recursos Humanos,  
em 15 de janeiro de 1998.  
JOSÉ DE TAL  
Diretor

([https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/228\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/228_arquivo.pdf). Adaptado)

A comunicação interna apresentada é

- (A) uma Ordem de Serviço.
- (B) um Memorando.
- (C) um Comunicado.
- (D) uma Instrução.
- (E) uma Manifestação.

**39.** No que diz respeito à comunicação externa, é correto afirmar que o ofício

- (A) deve conter local e data, alinhados à margem direita do papel, redigidos por extenso e sem ponto final.
- (B) dispensa a numeração sequencial, mas deve conter a denominação Ofício, seguida das iniciais da unidade.
- (C) pode conter o vocativo, tratamento dado ao destinatário, seguido de ponto final alinhado à direita.
- (D) deve apresentar o fecho ao final do documento, com a fórmula padrão “Atenciosamente” e centralizado.
- (E) pode conter o destinatário, no rodapé da página, com o cargo ou função, na primeira linha, e o tratamento e o nome, na segunda.

**40.** Documento legal pelo qual se registram, formal e metodicamente, as ocorrências e deliberações de uma assembleia, sessão ou reunião. Por ter valor jurídico, esse documento deve ser lavrado de modo a evitar futuras modificações. Assim, sua redação não comporta parágrafos, alíneas nem títulos soltos, devendo, ainda, apontar a data e o horário do evento, declinando o nome dos presentes e ausentes, as ocorrências e as deliberações tomadas.

([https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/228\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/228_arquivo.pdf).

Adaptado)

O documento descrito no texto é

- (A) o Edital.
- (B) o Requerimento.
- (C) a Apostila.
- (D) o Termo.
- (E) a Ata.

## REDAÇÃO

### TEXTO 1

Narcocultura é o nome dado ao conjunto de práticas, símbolos, comportamentos e expressões artísticas que glorificam ou romantizam o universo do narcotráfico. Ela aparece em músicas, filmes, vídeos, roupas, tatuagens e postagens nas redes sociais, exaltando o poder, a riqueza e o estilo de vida dos envolvidos com o tráfico de drogas. No entanto, o termo também traz consigo a criação de uma narcoestética, responsável por idealizar um estilo de vida associado ao narcotráfico. No Brasil, o conceito é comumente relacionado a gêneros musicais como o funk ostentação e o rap, que retratam a realidade das favelas e do crime.

Representar o crime em obras artísticas não é, por si só, uma conduta criminosa. A Constituição Brasileira garante a liberdade de expressão e de criação artística (art. 5º, inciso IX). No entanto, quando a manifestação cultural defende, incentiva ou exalta publicamente práticas criminosas ou criminosos, ela pode, sim, ser enquadrada no artigo 287 do Código Penal, que trata da apologia ao crime. Nesse sentido, há uma diferença importante entre retratar a realidade do crime (como denúncia ou crítica) e glorificar o crime (como se fosse algo desejável). Muitos artistas afirmam que suas músicas ou obras apenas refletem a realidade das comunidades, denunciam a violência, a desigualdade e a ausência do Estado. Por outro lado, críticos argumentam que certas produções romantizam o crime, mostrando armas, drogas e luxo como símbolos de status.

(Layane Henrique. "O que é narcocultura e de onde surgiu este conceito?", 04.06.2025. Disponível em: <https://www.politize.com.br/>. Adaptado)

### TEXTO 2

O título do funk como patrimônio cultural imaterial do Rio de Janeiro reafirma a arte da periferia e que o preto, pobre e favelado também são construtores de cultura, memória e identidade. O estilo é uma forma de ocupar espaço e resistir, mas ainda é perseguido. Para Taísa Machado, pesquisadora do funk e fundadora do Afrofunk, o desconforto está ligado a como o formato musical é entendido, "não é tratado como um produto de cultura", explica. "O funk não é só música, ele dá sentido à rotina de muita gente que vive à margem", afirma a funkeira Natitude, da Zona Oeste do Rio.

No final de maio deste ano, o MC Poze do Rodo foi preso, acusado de apologia ao crime e associação ao tráfico por conta da letra de algumas músicas, o que a Polícia Civil categorizou com termo "narcocultura". Diversos MC's saíram em defesa de Poze. MC Cabelinho foi um deles: "quando interpretei um traficante na novela das nove, era arte. Quando um funkeiro relata a realidade, é apologia ao crime. Quem decide isso?"

Para Taísa Machado, a repressão não recai sobre qualquer tipo de funk, "a gente sabe que não é o funk que é tocado no Rock in Rio que vai ser perseguido", fala. "Tem uma relação íntima com o baile, com o proibidão, com o jovem negro e da periferia. Quando essa linguagem incomoda, o que está sendo realmente questionado não é o som, mas quem o produz", declara Taísa.

(Larissa Xavier. "Meu funk é grito de liberdade": O 'corre' do funk entre a criminalização, resistência e reconhecimento", 12.07.2025. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/>. Adaptado)

### TEXTO 3

Criminosos influentes na vida dos moradores de comunidades se tornaram os donos daqueles territórios também pela capacidade de converter a violência em renda econômica. Estabelecido o controle e a influência, a violência logo se tornou tema da cultura. Segundo Alessandro Visacro, analista de segurança e defesa e autor do livro *A guerra na era da informação*, "o primeiro objetivo é a construção de um conjunto de valores e crenças coletivo desses grupos armados. Nos bailes funk, hoje, observamos dezenas de fuzis, porque o armamento faz parte dessa cultura. Isso fortalece o reconhecimento social daquele indivíduo dentro da comunidade", analisa ele. Além disso, a cultura se torna mais um instrumento de propaganda para captação e mobilização de uma massa quase infindável de recursos humanos, que são as crianças e os jovens.

Para Felipe Curi, secretário de Polícia Civil, a difusão de músicas que "normalizam" a atuação das organizações criminosas é uma consequência da chamada "narcocultura": "ela nada mais é do que enaltecer a ideologia de uma facção por meio de uma manifestação dita cultural. Muitos funkeiros e MCs acabam sendo um instrumento de propaganda que exalta o crime, e isso é muito lesivo, porque vai entrando na mente desses jovens e eles vão achando que aquilo ali é o correto.", afirma.

(Roberta de Souza e Giampaolo Morgado Braga. "Narcocultura, violência arraigada no cotidiano e o vácuo do Estado nas favelas: debates que voltam à cena após o caso do MC Poze", 15.06.2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/>. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

## NARCOCULTURA: ARTE OU APOLOGIA AO CRIME?

## REDAÇÃO

Os rascunhos não serão considerados na correção.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

RASCUNHO

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

